

Articulação comunitária em redes sociais mistas para potencializar a constituição de capital social e humano - uma experiência na Vila Acaba Mundo

Autoria: Renata V. Scott Varella, Subcoordenadora do Projeto "Sustentabilidade das Ações de Regularização Fundiária e Geração de Renda" do Programa Pólos de Cidadania - FDUFGM - renatavsv@yahoo.com.br; Elaine C. de Abreu Coelho, Orientadora de Campo do Projeto "Sustentabilidade das Ações de Regularização Fundiária e Geração de Renda" do Programa Pólos de Cidadania - FDUFGM - laneabreu@yahoo.com.br; Fabiana L. Ibrahim, Pesquisadora-extensionista do Projeto "Sustentabilidade das Ações de Regularização Fundiária e Geração de Renda" do Programa Pólos de Cidadania - FDUFGM - fazinha_ibrahim@yahoo.com.br

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

No presente artigo, relata-se a experiência do Projeto "Sustentabilidade das Ações de Regularização Fundiária e Geração de Renda", com o objetivo de demonstrar a importância da articulação em redes sociais mistas para o processo de constituição de capital social e humano, o qual é essencial para a efetividade de ações de regularização fundiária e geração de renda em comunidades com histórico de exclusão social. Esse Projeto utiliza em suas ações de campo uma metodologia originalmente fundamentada nas teorias de Michel Thiollent e adaptada pelo Programa Pólos de Cidadania às condições sócio-culturais dos locais onde atua: a pesquisa-ação. Ao longo das atividades iniciais da pesquisa-ação desenvolvidas na Vila Acaba Mundo, notou-se que um processo de constituição de relações de confiança e solidariedade ocorria na estruturação de um fórum que reunia representantes da comunidade, do poder público e de entidades e instituições que atuam na região. Percebeu-se que essa articulação potencializava a constituição de capital social, tendo como base, para tal análise, a metodologia de capital social formulada pela Professora e coordenadora do programa Pólos de Cidadania, Miracy Gustin. Esses fatores se mostram fundamentais tanto para os próximos passos do projeto como para uma efetiva mudança no quadro social da Vila Acaba Mundo.

Aspectos jurídicos da regularização fundiária: uma proposta de transformação social através do Projeto Casa Legal Legal

Autoria: Leandro José de Oliveira, Graduando em Direito pela UFV - leandro_ufv@yahoo.com.br; Iglesias Fernanda de Azevedo Rabelo, Advogada - iglesiasadv@gmail.com.br; Maria Aparecida de Castro Monteiro, Graduanda em Direito pela UFV - cidacamom@yahoo.com.br; Erich Fernando Araújo Silva, Graduando em Direito pela UFV - ericharaujo@yahoo.com.br; Luciene Rinaldi Colli, M.S. Extensão Rural, Professora do Departamento de Direito da UFV - lcolli@ufv.br

Instituição: Universidade Federal de Viçosa

A cidade de Viçosa (MG), a exemplo do que ocorre em todo o país, passou nas últimas décadas por um crescimento acelerado e desorganizado, com repercussões negativas na qualidade de vida de sua população. Uma das características deste processo é a ocupação irregular do solo, com a proliferação de loteamentos clandestinos. O bairro Cidade Nova, situado na periferia do município, é um típico caso em que os moradores detêm a posse dos imóveis mas não gozam do direito de propriedade em sua plenitude, ante a inexistência do registro no CRI. O projeto de extensão Casa Legal Legal visa auxiliar os moradores no enfrentamento do problema. Para tanto, organizou-se uma equipe interdisciplinar para a execução do projeto, com o envolvimento dos departamentos de Direito e de Arquitetura e Urbanismo da UFV. Em seu segundo ano, o projeto atendeu a cerca de 70 famílias. Várias ações de usucapião foram propostas, cujos resultados vêm sendo favoráveis. Constata-se que a regularização jurídica garante a continuidade do exercício do direito de moradia e põe fim à angústia e à incerteza quanto à condição de proprietário. Contudo, as carências diagnosticadas revelam a necessidade de uma intervenção mais ampla, que abranja ainda um trabalho urbanístico, físico e social.

Assessoria jurídico social às organizações não-governamentais de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes

Autoria: Diego Vale de Medeiros, Acadêmico do Curso de Direito, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Natal, Conselheiro Estadual do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do RN, Estagiário da Defensoria Pública da União, Bolsista da ONG Casa Renascer - diego.vale@natal.rn.gov.br

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Introdução: o Estatuto da Criança e Adolescente apresenta como uma linha de ação a formação jurídico-social das ONG's visando efetivar mecanismos legais e políticos de exigibilidade dos direitos humanos das crianças e adolescentes, assim como lhes conferem canais democráticos de participação, que devem, juntamente com o Estado, assumir o planejamento e controle das políticas públicas. Portanto, é forçosa a contribuição das Universidades no fortalecimento dos movimentos sociais em prol dos direitos infanto-juvenis. **Objetivos:** Instrumentalizar os mecanismos jurídico-políticos de proteção infanto-juvenil na seara dos movimentos sociais. Viabilizar o empoderamento e mobilização das ONG's no exercício da gestão democrática participativa. **Metodologia:** em convênio com uma ONG piloto, oferece-se atendimento jurídico-social às famílias encaminhadas pela Delegacia Especializada e Conselho Tutelar. Ademais, através de estratégias jurídicas de garantia das políticas públicas e acompanhamento legislativo internacional e nacional, realiza-se assessoramento à ONG na participação no Conselho Estadual e Fórum Estadual dos direitos das crianças e adolescentes. **Principais Resultados:** ONG pioneira na implantação do serviço jurídico social no RN ganhos quantitativos e qualitativos na proposição e controle das políticas públicas de atendimento à criança e à adolescente. **Conclusão:** a responsabilidade social universitária somada ao compromisso jurídico-político das ONG's assumem estratégia decisiva no cumprimento constitucional à prioridade dos direitos infanto-juvenis, contribuindo para transformação social democrática.

Assistência jurídica e social às mulheres vítimas de violência no município de Sousa-PB

Autoria: Alinne Siqueira Galdino, graduanda/extensionista do curso de Direito - alinnegaldino@yahoo.com.br; Ana Maria Pires de Paiva, graduanda/extensionista do curso de Direito - anam.p@bol.com.br; Silvia Queiroga Nobrega, graduanda/extensionista do curso de Direito - silviaqueirogan@hotmail.com; Halladhyo Felinto Sampaio, graduando/extensionista do curso de Direito - helladhyo@zipmail.com.br; Livio Cavalcante Azevedo, graduando/extensionista do curso de Direito - livioutgc@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Este artigo se propõe a apresentar o projeto de extensão que objetiva assistir social e juridicamente às mulheres vítimas de violência do município de Sousa (PB), assim como participar do processo educativo junto às escolas da rede municipal de ensino. Sabe-se que esse tipo de violência caracteriza-se como um dos maiores problemas hodiernos enfrentados pela sociedade, uma vez que a violência de gênero é legitimada, geralmente, por suas próprias vítimas e negligenciada pela Lei. O trabalho é desenvolvido a partir de convênios estabelecidos com o Núcleo de Prática Jurídica-CCJS-UFCG, Delegacia da Mulher e Secretaria de Educação. A partir da aplicação de questionários, pode-se afirmar que o perfil das mulheres violentadas, seja física, psicológica ou sexualmente, tende a ser, em sua maioria, de mulheres que pertencem, não só às classes menos favorecidas, mas também às classes média e médio-alta. Um outro aspecto é em relação ao acesso jurídico: com uma delegacia de atendimento à mulher sem nenhuma estrutura, as vítimas tornam-se indefesas e, muitas vezes, desconhecem os próprios direitos. Conclui-se, dessa forma, que,

mesmo enfrentando dificuldades em desenvolver as atividades supracitadas, a Universidade cumpre com o seu papel de viabilizar o acesso das vítimas ao Direito e à justiça.

Atendimento compartilhado: ensaio interdisciplinar no serviço judiciário da Furb

Autoria: Maria Salete da Silva, Mestre em Sociologia Política, Docente - mssilva@furb.br; Juliana da Silva - acadêmica de Serviço Social - juliana@al.furb.br

Instituição: Universidade Regional de Blumenau

Introdução: o Programa Assistência Sócio-Jurídica atende à população blumenauense que necessita de acesso gratuito à justiça. As demandas dos usuários extrapolam as especificidades de uma profissão, exigindo a prática interdisciplinar, por isso foi proposto o atendimento compartilhado entre Serviço Social, Direito e Psicologia. **Objetivo:** possibilitar respostas às demandas jurídica, social e psicológica. **Metodologia:** o atendimento pode ser proposto por qualquer área. Os estagiários reúnem-se para planejar, avaliar e documentar a intervenção. Cabe ao Serviço Social: interpretar normas institucionais; possibilitar a escuta e a expressão dos usuários; problematizar a realidade e desencadear reflexões sobre atitudes, representações, relações sociais e familiares; estimular a construção de proposições, pelos usuários, que contemplem seus direitos; prestar informações sobre direitos sociais e a rede de serviços e realizar encaminhamentos. **Principais resultados e conclusões:** Esta prática oportuniza: troca de informações; aprofundamento do conhecimento sobre a realidade da população; convivência entre as áreas e constitui tentativa de evitar que questões familiares tornem-se desgastantes disputas judiciais. Existem dificuldades para a realização de prática conjunta, todavia é perceptível que ocorreram avanços, pois a atitude interdisciplinar tem se desenvolvido nos atores institucionais. A experiência foi avaliada através de pesquisas realizadas com alunos e usuários, tendo mostrado ganhos para ambos. interdisciplinar tem se desenvolvido nos atores institucionais.

Atendimento social às famílias moradoras do Complexo do Alemão

Autoria: Maria Fernanda Duarte Araujo Pedro Salgueiro, Mestre em Serviço Social / PUC-RJ, docente, Instituição de Ensino UNISUAM - fernandasalgueiro@globo.com; Sandra Lima, Mestre em Serviço Social/ Sub-coordenadora do curso de Serviço Social, docente, Instituição de Ensino UNISUAM

Instituição: Centro Universitário Augusto Motta

Introdução: o projeto Atendimento Social à família foi desenvolvido na comunidade Complexo do Alemão, durante os anos de 2003 e 2004, através de um núcleo de atendimento e orientação social, individual e familiar, abordando as condições sociais, os relacionamentos familiares e as necessidades sociais em relação à saúde, alimentação, habitação, educação, lazer, empregabilidade e violência doméstica. **Metodologia:** o atendimento social teve como eixo metodológico a elaboração de estudo social, a partir da identificação da problemática apresentada nos relacionamentos familiares e na avaliação da família, de suas expectativas, de suas potencialidades e recursos. **Objetivos:** identificar as necessidades da família; formular projetos de intervenção e novas estratégias; disponibilizar o acesso às informações e encaminhar para rede de serviços locais; articular novas ações com os cursos da UNISUAM e rede pública e privada; **Resultado:** estruturação do setor de Serviço Social com a criação de cadastro social; realização de trabalho com o setor jurídico; análise quantitativa de atendimentos e cadastro de famílias; construção do perfil sócio-econômico das famílias moradoras do Complexo do Alemão; Construção de banco de dados; elaboração de monografias com o título: "O perfil sócio-econômico das mulheres chefes-de-família do Complexo do Alemão" e "Reforma urbana e exclusão"

Atendimento às demandas sociais pela prática do voluntariado

Autoria: Maria Ivete Trevisan Fossá, Professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria/RS/Brasil. Mestre em Comunicação pela UEMSP e doutora em Administração pela UFRGS - fossa@terra.com.br

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria

Problemas sociais como desemprego, precarização das relações de trabalho, violência, pobreza, fome, uso de mão-de-obra infantil, violação dos direitos humanos, entre outros problemas sociais, econômicos, políticos e culturais se intensificam a partir do final da década de 60. Frente ao exposto, torna-se necessário que alunos, professores e funcionários administrativos das instituições universitárias brasileiras se habituem à prática social de uma extensão que se espera participativa, democrática e emancipadora e insira-se na comunidade colocando o seu saber tecnológico à disposição da população a fim de provocar a instauração de uma nova ordem social. Assim, o presente relato de extensão assume a importante função de criar a cultura de responsabilidade social e formular projetos visando à intervenção em níveis micro-sociais, especialmente no que se refere às estratégias de ação das comunidades locais. Tendo como suporte a metodologia da pesquisa-ação, os extensionistas passam a atuar numa perspectiva dialógica, comunicativa, designativa de um processo integral que inclui diagnóstico, planejamento e avaliação de ações que buscam consolidar a democracia e o respeito aos direitos humanos. O Projeto de Extensão denominado "Atendimento às Demandas Sociais pela Prática do Voluntariado", vem sendo desenvolvido desde 2002 e agrega os seguintes subprojetos: Campanha da Solidariedade "Abra um Sorriso e receba um abraço"; Projeto Lar Acalanto; Projeto Abrigo Leon Denis; Projeto de Cidadania e Inclusão Social no Assentamento Carlos Maringhella; Projeto Parceiros Voluntários; Projeto Formação da Cultura do Voluntariado Empresarial; Projeto de Consolidação de Ações Sociais dos Institutos de Idiomas de Santa Maria; Projeto Catadores; Projeto Centro de Atendimento à Criança Transplantada; Campanhas Institucionais de Cunho Social e Proposta de Criação do Núcleo de Voluntariado e de Estudos do Terceiro Setor para a Universidade Federal de Santa Maria.

Balcão de Direitos: potencializando o futuro pela sensibilização do presente

Autoria: Orientadora: Maria de Fátima Pereira Alberto, docente do curso de Psicologia da UFPB (jfalberto@uol.com.br); Karine Cristhiane Azevedo de Aquino, discente do curso de Psicologia pela UFPB (karinecristianne@yahoo.com.br); Vanessa Cavalcante Gomes, discente do curso de Psicologia pela UFPB (vanessinhacg@bol.com.br); Ana Cristina Serafim da Silva, discente do curso de Psicologia pela UFPB (aninhacrs000@hotmail.com); Denise Pereira dos Santos, discente do curso de Psicologia pela UFPB (denyps@yahoo.com.br)

Instituição: Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Brasil

O objetivo desse trabalho foi avaliar o programa do PETI, buscando propor melhorias de execução junto com a Comissão Estadual e a Secretaria de Trabalho e Promoção Social. Utilizou-se um questionário com a finalidade de selecionar os núcleos do PETI que apresentavam as demandas sociais mais urgentes. As atividades do "Balcão de Direitos", extensão do projeto Formação de Agentes que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil, baseavam-se na informação, conscientização e sensibilização da população das três comunidades escolhidas, Mumbaba I, Roger e Cristo, quanto à luta pela erradicação do trabalho infantil, enfatizando suas causas, conseqüências e prejuízos para o desenvolvimento da criança.

Desenvolveu-se dentro das comunidades, apoio e orientação às famílias por meio de ações sócio-educativas, através da realização de oficinas e palestras com as famílias, reunião com os monitores e responsáveis pelos núcleos; e realização de visitas aos Conselhos Tutelares, com a finalidade de verificar a atuação dos mesmos.

A importância do Balcão, mesmo tendo atingido apenas três Comunidades de João Pessoa, permitiu uma articulação de ferramentas teóricas com a organização das atividades práticas, possibilitando aos nossos futuros profissionais repensar as ações de cidadania, que já estão postas pelo Governo, mas que não atendem a demanda populacional.

Construção da identidade coletiva: uma experiência na Constituição de capital social e humano com moradores de rua de Belo Horizonte

Autoria: Deborah Ralemadhá Rodrigues, graduanda em Direito, pesquisadora, extensionista - bralemadha@yahoo.com.br; Guilherme Da Costa Oliveira Santos, graduando em Direito, pesquisador extensionista - gdcos@g.com.br; Mariana Barbosa Pithon, graduanda em Direito, pesquisadora - extensionista - manpithon@ig.com.br; Roberta Brangioni Fontes, graduanda em Ciências Sociais, pesquisadora - extensionista - betabrangioni@hotmail.com; Rodrigo Barbosa Pithon, graduando em Direito - rodrigopithon@yahoo.com.br

Instituição: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais

Relata-se, neste artigo, a experiência do Projeto "População de Rua e Construção de Identidade Coletiva", com o objetivo final de demonstrar a importância da constituição de capital social e humano na emancipação desse segmento populacional de extrema exclusão social e de grande miserabilidade. O Projeto, conforme diretriz do Programa Pólos de Cidadania, no qual se insere, utiliza-se em sua atuação de campo da metodologia de pesquisa-ação, originariamente fundamentada nas teorias de Michel Thiollent e adaptada pelos pólos às condições sociais e culturais dos locais onde atua. As últimas ações com esse segmento populacional deram-se com trinta famílias retiradas da Via Expressa e, ainda, no apoio à reorganização do Fórum de População de Rua de Belo Horizonte. O Fórum tem se tornado um importante meio de discussão de políticas públicas municipais e de propostas de setores da sociedade civil organizada, tendo como atores sociais ONG's, Poder Público Municipal e, principalmente, os próprios moradores de rua. Neste momento, o Fórum se prepara para a realização do "II Censo de População de Rua e Análise Qualitativa da Situação dessa População em Belo Horizonte". Dentro do mesmo Fórum o Projeto vem rearticulando o diálogo com as trinta famílias já citadas no sentido de mobilizá-las para a conquista de uma moradia definitiva e sustentável. O trabalho com a população de rua é dificultado por sua dispersão, pela falta de um conceito pacífico do termo "população de rua" por parte dos diversos atores sociais e pelo caráter descoordenado e assistencialista das políticas públicas que a atendem. São essas dificuldades que as ações do Projeto, dentro da rede social mista que se configura no Fórum, pretendem superar enfatizando a viabilidade do caráter emancipatório e inclusivo de suas atuações.

Desenvolvimento sustentável: reforçando a organização comunitária num assentamento de reforma agrária através de mecanismos de interação e valorização social

Autoria: Manuela Souza Siqueira Cordeiro, discente, bacharelando em Ciências Sociais, UENF - cordeiro.manuela@gmail.com; Fabiana Gonçalves Faria Saint' Clair, técnica, bacharel em Direito - fabianasaintclair@yahoo.com.br; Marcos A. Pedlowski, docente, PhD em Planejamento Ambiental - pedlowma@uenf.br

Instituição: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

O presente trabalho apresenta os resultados de um projeto de extensão que tem utilizado uma série de práticas agronômicas alternativas e de reforço da identidade sócio-cultural dos assentados do PA Zumbi dos Palmares, que se localiza na região norte fluminense. Do ponto de vista agrônomo, as atividades de extensão incluídas no projeto buscam melhorar a qualidade dos produtos produzidos por agricultores beneficiados pelo Programa

Federal de Reforma Agrária, através da difusão de práticas educacionais orientadas no paradigma da agro-ecologia. Por outro lado, o desenvolvimento de atividades político-pedagógicas, baseadas em múltiplas práticas culturais, busca reforçar a organização comunitária, de modo a potencializar o exercício efetivo da cidadania por parte dos assentados. Além disso, a oferta de orientação jurídica tem sido feita de modo a aumentar o grau de organização comunitária na busca e conscientização dos direitos fundamentais, que embora sejam garantidos legalmente, ainda não são usufruídos pela maioria dos assentados. A integração de todas estas atividades objetiva consolidar a organização e coesão comunitária, incentivando a ação coletiva, de modo a apoiar a adoção de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável social, econômica e ambientalmente.

Direito do consumidor no bairro: uma odisséia em quadrinhos

Autoria: Agenor de Souza Santos Sampaio Neto, Professor - sampaioneto@ig.com.br

Instituição: Universidade Estadual de Feira de Santana

Introdução: o projeto Direito do Consumidor no Bairro – uma odisséia em quadrinhos parte da premissa que a extensão deve ser interdisciplinar e envolver os valores da pesquisa-ação. Nesse contexto, insere-se o projeto Direito do Consumidor no bairro - uma odisséia em quadrinhos, tendo por escopo basilar desnudar o Código de Defesa do Consumidor aos bairros, utilizando-se dos quadrinhos, como forma de facilitar a comunicação, primando pela interação consumidor-fornecedor. Cartilha, material informativo e outros instrumentos constituem utilíssimo instrumental para os consumidores inteirarem-se de seus direitos e prerrogativas. **Objetivos:** a atividade tem por objetivo prestar assessoria à comunidade na órbita consumerista, através do contato discente com o bairro da urbe, interagindo e respeitando os saberes da comunidade. **Metodologia:** a Metodologia do projeto tem estrutura de um professor monitor e 9 (nove) discentes por bairro, sendo preferencialmente 3 (três) discentes de cada curso, ou seja, contemplando os cursos de Direito, Administração, Economia. O projeto terá uma estrutura de rede, com núcleos que atuarão em algumas comunidades de Feira de Santana. Cada núcleo terá pelo menos um professor e trabalhará em parceria com uma organização da sociedade civil, para que possamos realmente "conviver" com a comunidade, apreendendo sua realidade social, econômica e cultural, e não simplesmente "intervir". **Resultados e Conclusões:** o projeto já foi aprovado na plenária do Departamento da Universidade, tendo iniciado reuniões para seleção dos discentes participantes. A avaliação pela comunidade será essencial e ao final de cada semestre, nas reuniões com as organizações será feita uma avaliação, que será documentada em vídeo e depois transcrita, no seu conteúdo essencial, para o relatório final do projeto. Em que pese a Constituição Federal dizer que "todos são iguais perante a lei", na prática não é assim, de modo que o projeto, ao menos no seu *locus* de atuação, procura corrigir tal distorção.

Direitos humanos e a transformação da cidadania: a experiência da difusão de direitos na comunidade Maria de Nazaré

Autoria: Maria Lígia Malta de Farias, Mestre em Ciências Jurídicas, Professora; Matheus Bandeira Onofre, Extensionista voluntário, graduando - bandeira@argentina.com; Adônis Tássio Batista de Araujo, Extensionista voluntário, graduando - adonistassio@hotmail.com; Oona Caju de Oliveira, Extensionista voluntária, graduanda; Amanda Soares Santos, Extensionista voluntária, graduanda

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Esta atividade de extensão realiza um trabalho educativo e informativo na comunidade Maria de Nazaré, localizada na periferia de João Pessoa. Atua de maneira interativa com os moradores, tendo como meta o resgate da cidadania através da difusão do direito, focalizando seu desempenho no estabelecimento

e na troca de experiências entre os estudantes e o público apontado. Pretende-se então trabalhar com a comunidade na construção de uma cidadania que reflita seus interesses e sua cultura e, ao mesmo tempo, contribuir na formação de um profissional mais socialmente comprometido. O método de trabalho apóia-se essencialmente na filosofia da Educação Popular, fundamentada por Paulo Freire, associada a uma abordagem do direito que priorize o exercício de uma interpretação social da norma, abalizada nos direitos fundamentais e na ampliação do acesso ao Judiciário. Resultou no resgate da consciência de cidadania pelos moradores, na propagação do direito e no fortalecimento de uma visão mais humanitária e menos tecnicista por parte dos estudantes. Desta forma, o Projeto deve estar voltado para a transformação social, através da construção da cidadania e de um direito emancipatório.

Direitos humanos e gênero: capacitação em noções de direito e cidadania

Autoria: Hanna Xavier Ferreira, discente 7º semestre, Faculdade de Direito, Carolina Tokarski Pereira, discente, Ludmila de Q. Eufrazio, discente, Victor Bruno da Silva Menezes, discente

Instituição: Universidade de Brasília

Introdução: o Projeto Promotora Legais Populares propõe um resgate da história de luta por direitos, pela equidade econômica, social e política das mulheres através da promoção de oficinas para a capacitação de mulheres lideranças comunitárias, em noções de direito e cidadania com enfoque em gênero e direitos humanos. Os questionamentos vivenciados durante as oficinas pretendem estimular as participantes a se identificarem como novos sujeitos de direito, formados e informados, para uma ação transformadora. Aos educadores, operadores do Direito, sociólogos, estudantes, as oficinas são um espaço que possibilita o contato com um outro modo de manifestação do direito na nossa sociedade, muitas vezes marcado pela discriminação e preconceito. **Objetivos:** proporcionar às participantes uma abordagem multidisciplinar do direito. Possibilitar o conhecimento da legislação brasileira e de mecanismos de acesso à justiça. Formar Promotoras Legais Populares, propagadoras de noções de direito e cidadania na comunidade em que estão inseridas. **Metodologia:** realização de oficinas-palestras aos sábados, durante 1 ano, nas quais o direito é abordado através de uma troca de conhecimentos entre as participantes, estudantes e educadores-convidados. A participação dos estudantes ocorre também na elaboração do cronograma, problematização das oficinas e reflexão em torno dos questionamentos trazidos através da elaboração de textos, artigos e cartilhas. **Resultados preliminares:** já passamos da metade do cronograma e agora começamos a discutir formas de intervenção das futuras Promotoras Legais Populares. Há uma proposta de atuação em mediação com os estudantes de Direito no NPJ. Estamos discutindo também a realização do 2º Curso de Promotoras Legais Populares de Brasília. **Conclusão:** o outro direito trazido à baila diante dos questionamentos levantados nas oficinas faz com que indagemos a capacidade das instituições jurídicas em trazer harmonia e promover justiça social. Os discursos meramente legalistas e autoritários têm-se mostrado insuficientes frente aos anseios reais da vida.

Do domínio alheio ao próprio: relações de poder e políticas públicas em assentamentos rurais

Autoria: Mariana Moreira Neto, Mestre, Professora - moreiramariana@uol.com.br; Laurita Dias do Nascimento, aluna bolsista - laurita_dias@yahoo.com.br, Joelson Ramalho Rollin, aluno bolsista - joelsonramalhoish@bol.com.br

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Introdução: o Projeto de Extensão Vivenciando as relações de poder nos assentamentos vem sendo realizado, desde 2004, nos assentamentos de Santo Antonio, Valdecy Santiago, Edvaldo Sebastião e Frei Beda, no município de Cajazeiras. **Objetivos:** a

compreensão do processo de elaboração, execução e gestão das políticas públicas que repercutam na melhoria das condições de vida e de trabalho e na construção de novos saberes e de novas práticas, contribuindo para a construção de ações e práticas educativas, formais e informais, e de novas relações de poder nos assentamentos. **Metodologia:** princípios metodológicos participativos e na pesquisa-ação. **Principais resultados:** os assentados percebem os que a organização pode melhorar suas condições de vida com a implementação de políticas públicas que atendam suas carências. **Conclusões:** no Assentamento Edvaldo Sebastião, através da mobilização, a comunidade vem se articulando para dar andamento ao projeto de eletrificação. No Assentamento Santo Antonio, os moradores enfatizam as discussões sobre políticas públicas e a construção da história do assentamento como reveladoras de seu protagonismo. No Assentamento Valdecy Santiago, assuntos antes considerados "tabus" ou "delicados" passam a ser compreendidos e aceitos. No Assentamento Frei Beda, as discussões abordam a importância da associação como soma, ação coletiva e possibilidade de obter recursos e administrá-los.

Empobrecimento afetivo: família e instituição asilar como reflexos da individuação danificada

Autoria: Kety Valéria Simões Franciscatti, Profa. Dra. em Psicologia - Psicologia Social - k.franciscatti@uol.com.br; Keite Aparecida de Oliveira, Graduanda do Curso de Psicologia - kitoradoliveira@yahoo.com.br; Aparecida Ferreira Alves, Graduanda do Curso de Psicologia - prefaives@ig.com.br; Daniela Milena dos Santos, Graduanda do Curso de Psicologia - daniela.milena@ig.com.br; Juliana Kelly Pinto, Graduanda do Curso de Psicologia - psicjuliana@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de São João del-Rei

Introdução: a discussão dos resultados do projeto de extensão O lúdico como instrumento de construção da identidade e subjetividade em idosos institucionalizados, desenvolvido em uma instituição asilar de São João del-Rei, revelou aspectos do empobrecimento afetivo e do sofrimento ocasionado pela frieza instituída. **Objetivos:** refletiu-se sobre aspectos que dificultam modificações nos modelos asilares e sua ação nos internos. **Metodologia:** realizaram-se estudos teóricos acerca do processo grupal e das possibilidades de individuação; atividades lúdicas, conversas individuais e em pequenos grupos com internos; relatórios e diários de campo; análise do material coletado. **Principais resultados e conclusão:** considerou-se o processo de individuação e os vínculos afetivos no entrecruzamento de duas perspectivas: família e contato afetivo, que trata dos obstáculos da formação gerados pelo empobrecimento dos vínculos restritos à adaptação da racionalidade técnica; coação, medo e identidade, que trata como a segregação, por meio de instituições opressivas, aciona e intensifica as configurações psicológicas defensivas estabelecidas ao longo de uma formação deteriorada.

Entre latinidade e atores internacionais: uma experiência de extensão no âmbito da integração regional

Autoria: Arno Dal Ri Júnior, Doutor em Direito pela Universidade Luigi Bocconi de Milão, Professor do Departamento de Direito e da Pós-Graduação em Direito da UFSC - arno@ccj.ufsc.br; Clarissa Franzoi Dri, Mestranda em Direito pela UFSC - clarissadri@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina

Os processos de integração regional, fenômeno nascido em meio às catástrofes do século XX, parecem constituir a mais ambiciosa forma de organização política desde o surgimento dos Estados-nação. Ultrapassando-se especulações sobre a substituição destes por aqueles, o fato é que a integração mostra-se a cada dia mais próxima e tangível. Soa relevante, portanto, buscar compreender esses processos e averiguar formas de torná-los uma

alternativa mais interessante de coordenação de políticas do que os próprios Estados. O MERCOSUL constitui um processo de integração intergovernamental levado a cabo essencialmente pelos poderes executivos dos estados-membros. Se a capacidade de influência dos poderes legislativos é bastante limitada, mais ainda o são as tentativas de participação dos governos locais e da sociedade civil. Entendendo que a atuação desses setores é vital para concepções democráticas da integração, o projeto objetiva trabalhar, através de pesquisa e extensão, no âmbito da região metropolitana de Florianópolis, as possibilidades, as condições, os limites e as perspectivas de atuação de agentes não-estatais no MERCOSUL, notadamente no tocante a sindicatos, organizações não-governamentais, prefeituras e, em longo prazo, governos estaduais e setor empresarial. Visa também integrar estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes cursos e universidades, promovendo a interdisciplinaridade e desvendando os campos de atuação para a extensão universitária em matéria de direito internacional. Como método de abordagem, o projeto utilizará o método dialético. Quanto ao método de procedimento, as atividades serão baseadas nos métodos comparativo e estruturalista. Outro método procedimental adotado deriva da concepção de assessoria jurídica popular. Diferenciando-se da noção de assistência jurídica, a assessoria insere-se nos denominados serviços legais inovadores, que se caracterizam por abrigar demandas coletivas e utilizar sobretudo meios de trabalho extraleais. Neste primeiro ano do projeto, além da capacitação do grupo nos métodos e conteúdos a serem desenvolvidos, espera-se trabalhar com, ao menos, cinco entidades.

Escola de Cidadania: cultura cívica como indutora do desenvolvimento sustentável

Autoria: Mariângela Moreira Nascimento, mestre em Ciência Política, docente - mariangelanascimento@yahoo.com.br; José Augusto da Silva, mestre em Educação, docente/pesquisador - augustojf@oi.com.br

Instituição: Universidade Federal de Juiz de Fora

A Escola de Cidadania é um projeto de educação para a cidadania e de organização comunitária que visa fortalecer e expandir as associações de moradores e associações civis, bem como o incentivo à criação e à ampliação dos espaços institucionais de participação através do Poder Legislativo. Nestes espaços se criam e se efetivam as condições para a ação integrada da sociedade civil organizada com o poder público, principalmente na formulação de um programa de desenvolvimento sustentável. A proposta metodológica da Escola de Cidadania pretende ser uma alternativa capaz de superar as práticas tradicionais que não vêm demonstrando resultados satisfatórios no que tange à qualificação do indivíduo para o exercício da cidadania. Trata-se, portanto, de um projeto que adota a gestão participativa, exercida com base nos princípios democráticos e capaz de potencializar o sentimento crítico e o discernimento da cidadã. O projeto Escola de Cidadania, realizado há mais de três anos no município de Lima Duarte, Minas Gerais, é uma experiência consolidada no que se refere à realização dos seus objetivos de promover o diálogo com o poder público e procurar as soluções dos problemas apresentados pela comunidade local ao Poder Legislativo. Através de instrumentos democráticos, a Escola de Cidadania vem ampliando e motivando a participação dos moradores na vida política local.

Extensão universitária e comunidade indígena: trabalhando juntos na luta pelos direitos dos Potiguara

Autoria: Amanda Santos Soares, discente dos cursos Direito e Letras/UFPB e bolsista do Programa; Maria das Graças Brito - Coordenadora do Programa, técnico-COPAC/UFPB e enfermeira sanitária; Fernanda Ribeiro Barbosa - discente do curso Ciências Sociais/UFPB e bolsista do Programa

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Milhares de índios reivindicam seus direitos constitucionalmente garantidos à terra e à cultura. Os Potiguara das aldeias Monte-Mór, Jaraguá e Três Rios, em Rio Tinto e Marcação (PB), enfrentam invasão de território, repressões de usineiros e problemas na educação, saúde e emprego. É uma meta do Programa Integrado de Educação e Promoção Social Indígena Potiguara, desenvolvido pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários/UFPB e apoiado desde 2003 pelo PROEXT/MEC/SESU/DEPEM, hoje em segunda edição, estruturar e assessorar a associação da aldeia Monte-Mór e o processo de implantação de escolas indígenas, realizar cursos e oficinas para cidadania e articular com órgãos de defesa dos direitos humanos para encaminhamento das demandas. Utiliza metodologia da pesquisa-participante, com metas planejadas e avaliadas pelos sujeitos envolvidos, valorizando a interdisciplinaridade. Realizou o curso Poder Local e Cidadania, com a Comissão de Direitos Humanos-UFPB, FUNAI, Defensoria Pública, IBAMA, FUNASA e outros; oficinas de meio ambiente, saúde e cidadania; Semana do Povo Indígena Potiguara; audiências com a Procuradoria da República; articulações com projetos de extensão. As ações e discussões realizadas contribuem para a afirmação da identidade indígena Potiguara, organização e mobilização pelas suas reivindicações, enfraquecendo o processo de negação cultural e exclusão. Proporciona aos participantes, inclusive alunos, construção, reconstrução e intercâmbio de conhecimentos.

Idosos trabalhando para lembrar

Autoria: Elydiana de Souza Soares, Discente do curso de Serviço Social e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET - elypetss@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Estadual do Ceará

O projeto que apresentamos é desenvolvido na Unidade de Abrigo, instituição pública asilar para idosos sem referência familiar. O objetivo é desenvolver atividades de reminiscência junto aos idosos internos na instituição, no sentido de minimizar os aspectos negativos provocados pela institucionalização, bem como reforçar mudanças de hábitos rotineiros de funcionários que não atendem às necessidades individuais dos idosos, através de informações acerca das histórias de vida desses idosos. O projeto consiste em encontros semanais, com um grupo formado por 15 idosos. Estes possuem múltiplas histórias de vida e tal heterogeneidade está sendo fundamental para a troca de experiências e reconhecimento das diferenças dos outros. Dos 10 encontros planejados, 6 já ocorreram e foram norteados por temáticas escolhidas pelos idosos. Em cada encontro, utilizamos técnicas de trabalho em grupo, objetivando a integração e a participação de todos nas atividades, focando sempre as suas lembranças. Já a partir do primeiro encontro, as reuniões contaram com a presença de três funcionários da instituição, que ao sensibilizar-se para as particularidades de cada idoso, vêm modificando o seu trabalho com os mesmos. Além disso, podemos perceber uma maior comunicação entre os idosos participantes do projeto e destes com os outros internos.